

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.280 - MG (2019/0302323-0)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : TARCIANE SILVA ROSA**  
**ADVOGADO : TARCIANE SILVA ROSA - MG137646**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : TARCIANE SILVA ROSA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de TARCIANE SILVA ROSA, contra decisão de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que indeferiu a liminar no HC n. 1.0000.19.106279-3/0000.

Extrai-se dos autos que foi determinada a prisão preventiva da paciente no curso de investigação de prática de crimes previstos nos arts. 180 e 288 do Código Penal e no art. 16, parágrafo único, inc. IV, da Lei n. 10.826/03 (receptação, associação criminosa e porte ilegal de arma de uso restrito com identificação suprimida). Foi deferida a substituição da prisão por medidas cautelares diversas, entre elas o monitoramento eletrônico.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos termos de acórdão que recebeu a seguinte ementa (fls. 52/58):

**“EMENTA: HABEAS CORPUS - RECEPÇÃO - ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA - POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO - NEGATIVA DE AUTORIA - REVOGAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - AUTORIZAÇÃO PARA QUE COMPAREÇA ÀS AUDIÊNCIAS NOS PROCESSOS EM QUE ATUA COMO ADVOGADA - REITERAÇÃO DE PEDIDOS - SÚMULA N' 53 DO TJMG - RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS A TÍTULO DE FIANÇA - VIA INADEQUADA - EXCESSO DE PRAZO - INOCORRÊNCIA - PACIENTE SOLTA - DELIMITAÇÃO DE PRAZO PARA A DURAÇÃO DAS CAUTELARIDADES IMPOSTAS - AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL - 1. Não se conhece de pedido de habeas corpus que se constitua em mera reiteração de anterior, já julgado, nos termos do enunciado n. 53 do Grupo de Câmaras Criminais deste Tribunal. 2. Tendo em vista que a restituição dos valores, ditos pagos a maior, a título de fiança (posteriormente recalibrada por este e. Tribunal de Justiça), não guarda relação direta com liberdade ambulatorial da paciente, inviável tratar**

# Superior Tribunal de Justiça

*sobre esse tema em sede de habeas corpus. 3. Não há que se falar em excesso de prazo para a realização de determinado ato processual quando a paciente encontra-se solta. 4. Inexistindo qualquer disposição legal que sinalize a necessidade de se delimitar prazo para a subsistência das medidas cautelares diversas da prisão e demonstrada a permanência dos requisitos previstos no artigo 282 do Código de Processo Penal para sua manutenção, respeitada a principiologia que envolve o tema, é inviável, por essa arguição temporal, determinar a revogação mesmas, especialmente ao considerar as peculiaridades que o caso concreto apresenta.”*

No presente feito, alega que o monitoramento eletrônico impede a paciente, advogada, de exercer sua profissão na plenitude, considerando que não pode frequentar estabelecimentos prisionais. Afirma que várias audiências já tiveram que ser remarçadas, prejudicando a si e a seus clientes, que não são levados aos fóruns para a realização de audiências, que são realizadas na penitenciária. Aponta que a medida já se estende por mais de 9 meses, e que o acórdão impugnado não analisou o caso concreto. Afirma que a prisão da paciente foi fundada em provas ilícitas, decorrentes de invasão de domicílio sem autorização judicial. Por fim, aponta falta de isonomia no tratamento da paciente em relação aos corréus, que encontram-se soltos, sem nenhuma medida cautelar.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela revogação da medida cautelar de monitoramento eletrônico, bem como pela autorização de acesso a estabelecimentos prisionais nas datas que especifica, com ou sem a tornozeleira eletrônica.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações

# *Superior Tribunal de Justiça*

relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

